I Parte – o pecebismo contemporâneo

A defesa da política nos anos de chumbo

Raimundo Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, R. A defesa da política nos anos de chumbo. In: *A importância da tradição pecebista* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, pp. 11-15. ISBN 978-85-7982-051-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A DEFESA DA POLÍTICA NOS ANOS DE CHUMBO¹

O leitor tem diante de si um texto expressivo do exemplo brasileiro de um partido revolucionário – o PCB – que se converte em partido da política. Os comunistas do PCB assentaram neste país uma tendência à identificação cada vez mais “sem reservas com o Estado democrático de Direito, sem o abandono de objetivos reformistas muito além do *status quo*”, como propõe Habermas às esquerdas. O PCB caminhou muito nessa direção antes do exílio do Comitê Central de meados dos anos 1970, ocasião em que parte dele intensificaria sua aproximação com essa cultura política de esquerda. Relembremos alguns registros que indicam esse rumo:

- 1) Bem distante, Caio Prado, opondo-se ao queremismo de Vargas, tornou-se conhecido defensor da redemocratização no final do Estado Novo;
- 2) Há textos pecebistas que valorizam o tempo democratizante subsequente à eleição de JK;
- 3) As Teses e a Resolução do V Congresso de 1960 descrevem cenários de governos reformista-democráticos concretizáveis mediante a política de frente única;
- 4) Em maio de 1965, o PCB aprovou resolução pondo no centro da resistência ao regime militar a defesa das liberdades; e
- 5) A resolução do Comitê Estadual do PCB da Guanabara, de março de 1970, objeto desta apresentação, é ponto importante nessa trajetória.

Esse último texto avalia o percurso do regime de 1964, especialmente o novo curso reacionário trazido pelo Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Elaborada para se “ter domínio”, mediante previsão e perspectiva, do terreno sumamente adverso dessa época, a resolução traz uma precisa análise de conjuntura, construída por quem lera os escritos de

¹ Apresentação do documento “Resolução Política do Comitê Estadual da Guanabara do PCB” (março de 1970), publicado na coletânea *Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo*, Lincoln de Abreu Penna (Org.), editora E-Papers, Rio de Janeiro, março de 2009, 308 p.

Marx e Engels sobre a França de 1848 a 1852.² O seu redator tanto compreendia bem as observações dos clássicos sobre as formas do Estado Capitalista (republicana, bonapartista) quanto sabia o crucial que era o tema da cena política. Esta última questão sempre desafiou os publicistas revolucionários quando buscavam, na superfície da vida corrente, visualizar a presença do econômico, da determinação “mais estrutural”, dizia-se então, a perpassar maior alcance ao agir imediato e às ações parciais.

Cabe aqui um parêntese para aludir às intervenções de Alberto Passos Guimarães por ocasião do V Congresso de 1960. Este autor extraía do tema da “etapa” um modo especial de conceber a revolução na circunstância brasileira. A distinção das fases revolucionárias – o curto, o médio e o longo termo, este pertencente ao domínio da doutrina – importava numa questão, sustentava Passos Guimarães, decisiva conquanto habilitava o PCB como ator real. Já o publicista de 1970 se impunha este desafio: a partir da caracterização do regime militar enrijecido depois de 1968, divisar, para a conjuntura e o futuro próximo, contornos de movimentos, visíveis e latentes, da(s) cena(s) política(s), indicativos de possibilidades para a ação oposicionista.

Aqui entrava o tema das formas da “dominação estatal de classe” (sic).³ O publicista redator da resolução de 1970 centralizava sua atenção na “máscara de ferro” (expressão de Werneck Vianna para o Estado Novo) do regime de 1964. Chamá-lo de “fascista” não expressava doutrinário, pois não se dava acepção formal à conceituação (o fascismo como decorrência do grande capital, imposto à margem da sua história política). Ao contrário, dizia-se na resolução, radicar o fim da ditadura no primarismo (“que vê as esperanças do êxito de uma política revolucionária unicamente no caos e na catástrofe da política econômica das classes dominantes”) só levava à ilusão de uma “derrota fácil” (sic) do regime e ao imobilismo da resistência.

O publicista reconhecia que, após o AI-5, a ditadura passara a abafar a vida nacional de modo quase total. No entanto, como falava de um lugar

² Em pequena nota à sua republicação (1981), Armênio Guedes revelou ter elaborado o texto da resolução, o qual foi aprovado “por unanimidade na Comissão Política e no Comitê Estadual, praticamente sem qualquer emenda” (cf. GUEDES, 1981).

³ Essa leitura da obra política de Marx já aparece nas Teses do V Congresso. Com proveito, fazia-se neste texto a distinção entre Estado (classe), regime (articulação entre frações de classe) e governo (composição de forças político-partidárias e associativas). Essa construção marcaria, no PCB de 1960, a definição da tática imediata em associação com o objetivo último: alcançar um governo nacionalista-democrático reformista.

de partido (propenso a agir com eficácia), se fixava no modo como nascera o regime de 1964 e no processo contraditório do seu enrijecimento subsequente ao AI-5. Daí a leitura dos anos de chumbo feita pelo publicista não conferir “permanência estrutural” à “máscara de ferro” do regime, ante a qual nada se poderia fazer.

Quando chama a fase terrorista da ditadura de “processo de fascistização”, a resolução fixa atenção em dois pontos: *a*) no “condicionamento” antidemocrático do estrutural (monopolização, contração do mercado nacional, etc.) e no desenvolvimento econômico (a transmitir alguma força ao regime); e *b*) nas peculiaridades que a montagem do projeto fascista assumia entre nós. Visto dessas duas dimensões, nada garantia que o regime se tornasse uma “contrarrevolução permanente”.

Ao contrário, mesmo duríssima, a ditadura caminhava, já então, para a instabilidade enquanto o campo oposicionista tendia a se adensar. Era possível se desenvolver uma luta contra a ditadura em moldes de uma “guerra de posições” gramsciana, com três momentos: a época de resistência (sobremaneira naquela fase terrorista da ditadura), o momento de isolar o Regime de Abril e, depois, a hora da sua derrota.

Tais cenários traduziam perspectiva de combate à ditadura por meio do único instrumento viável: a política, esfera na qual as possibilidades de atuação do ator sagaz eram bem maiores.

O que permitia essa previsão em hora sombria? O redator da resolução divisava a cena política através de uma atenta interseção entre o econômico (e suas determinações) e a esfera do político-superestrutural (e as muitas iniciativas dos atores). O publicista de 1970 via o “processo de fascistização” a partir da dialética das contradições do regime e das suas crises, sucessivas à medida que a radicalização reacionária avançava. Tal curso, acidentado e complexo, iria dinamizar, com avanços e recuos, o campo oposicionista – posto no horizonte o objetivo último da formação de uma frente única que venceria a ditadura. O palco decisivo da “guerra de posições” a se armar no curto prazo demandava paciência e grande esforço no agir possível.⁴

⁴ Na sequência da resolução, o Comitê Central aprovou (1971) dois documentos: um, sobre os entendimentos políticos (“nos mais diferentes níveis”) e um outro, registrando a acumulação de ações parciais nas esferas sindical e associativa.

Desvelava-se, assim, o ponto de Arquimedes da resistência antiditatorial. O recurso ao conceito de “processo de fascistização” levava à identificação da fratura incurável do regime. Desde 1964 houve resistência ao avanço reacionário. Já no pleito para governador de 1965, a ditadura foi derrotada em Minas Gerais e no Rio de Janeiro e, em 1967, sentiu-se ameaçada pelas reuniões da Frente Ampla (a convergência Goulart-Lacerda-JK) e as proibiu. A princípio, o impulso da oposição tinha epicentro no mundo político, no interior do qual se moviam operadores atentos aos conflitos crescentes do regime com a “velha classe política” (sic). Com o tempo, por entre linhas de insatisfação com os males do regime, iria ganhar corpo o espírito da “rebeldia brasileira”.

O cronista das marchas e contramarchas daquela radicalização reacionária faz registro acurado. Dizia que o Regime de 1964 não havia conseguido organizar base de apoio sólida devido a sua natureza autoritária. E ainda: à proporção que o seu núcleo duro levasse adiante a fascistização perderia mais aliados, sendo obrigado a substituir áreas políticas por quadros tecnocratas, insulando-se cada vez mais. Inteligível, assim, o nexos entre a defesa das liberdades, a atuação nas eleições, mesmo controladas (como disse o sociólogo do Rio de Janeiro aludido, a “forma alta de luta”) e a afirmação do movimento democrático brasileiro.

Aliás, um outro parêntese. O caminho indicado na resolução de 1970 diferia muito daquele que Florestan divisava nos seus escritos quase dessa mesma época. O sociólogo vê cristalizar-se no pós-13 de dezembro de 1968 o processo de autocratização completa do sistema político como uma espécie de “lei de ferro” do capitalismo dependente.⁵ O texto do PCB da Guanabara não previa um fechamento de horizonte como esse, mas uma larga caminhada, pressuposto o papel da política como meio apropriado, conquistados mais e mais espaços democráticos, para o combate à ditadura. Os comunistas do PCB iriam operar no campo da política com desenvoltura. Naquela hora adversa, perceberam que, sem mobilizar o mundo político existente (o PTB, o PSD; depois o MDB), o caminho à frente se tornava turvo.

O ponto desenvolvido por Passos Guimarães no V Congresso de 1960 será repostado após o AI-5. O publicista de 1970 iria pela contramão em relação a vários intelectuais que então falavam do fim próximo do regime

de 1964 dado o cenário da economia. Recessivo nosso capitalismo desde os últimos anos de Goulart e inviável novo ciclo econômico, os golpistas de 1964 não teriam fôlego. O que singulariza a resolução de 1970 é justamente a valorização do campo da política, nos anos de chumbo terríveis. Ela tem muita atualidade nestes nossos outros dias de corrosão da política, agora por conta do paneconomicismo antipopular e anti-institucional.

Referências bibliográficas

GUEDES, Armênio. “Introdução” a Resolução do Comitê Estadual do PCB da Guanabara, março de 1970. In: *Temas de Ciências Humanas* n. 10, São Paulo, 1981.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ciencia y Revolución (El marxismo de Althusser)*, Grijalbo, México, 1978.

⁵ Florestan não dispunha da vantagem, como A. Guedes, de estar situado, por assim dizer, na dimensão da práxis (a propósito deste tema, ver VÁZQUEZ, 1978).